



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

**BELO HORIZONTE/MG
MARÇO/2012**

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 2546/2010).

BELO HORIZONTE/MG
MARÇO/2012

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

COR/SR/DPF/MG – Corregedoria Regional de Polícia Federal em Minas Gerais

CPL – Comissão Permanente de Licitação

CRH – Coordenação de Recursos Humanos

DG – Direção Geral

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal

DPF – Departamento de Polícia Federal

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DN – Decisão Normativa

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

GAB/SR – Gabinete da Superintendência

GTED – Grupo Técnico de Edificações

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SR/DPF/MG - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SETEC - Setor Técnico-Científico

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos

SISCART – Sistema de Controle de Atividades Cartorárias

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

UTEC – Unidade Técnico-Científica

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

<i>Quadro I – Organograma Funcional da SR/DPF/MG</i>	<i>9</i>
<i>Quadro II – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual</i>	<i>14</i>
<i>Quadro III - Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela Unidade.....</i>	<i>20</i>
<i>Quadro IV - Movimentação Orçamentária por Grupo de despesa</i>	<i>21</i>
<i>Quadro V - Despesas por Modalidade de Contratação.....</i>	<i>22</i>
<i>Quadro VI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos</i>	<i>23</i>
<i>Quadro VII- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	<i>24</i>
<i>Quadro VIII – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....</i>	<i>26</i>
<i>Quadro IX – Força de trabalho da UJ.....</i>	<i>27</i>
<i>Quadro X – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....</i>	<i>28</i>
<i>Quadro XI – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....</i>	<i>29</i>
<i>Quadro XII – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária</i>	<i>30</i>
<i>Quadro XIII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade</i>	<i>31</i>
<i>Quadro XIV – Composição do Quadro de Servidores Inativos</i>	<i>32</i>
<i>Quadro XV – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.....</i>	<i>32</i>
<i>Quadro XVI - Composição do Quadro de Estagiários na UJ.....</i>	<i>33</i>
<i>Quadro XVII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores</i>	<i>34</i>
<i>Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva</i>	<i>38</i>
<i>Quadro XIX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</i>	<i>39</i>
<i>Quadro XX - Declaração do Responsável pela Área de Contratos.....</i>	<i>41</i>
<i>Quadro XXI– Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....</i>	<i>42</i>
<i>Quadro XXII - Estrutura de controles internos da SR/DPF/MG.....</i>	<i>43</i>
<i>Quadro XXIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	<i>45</i>
<i>Quadro XXIV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</i>	<i>48</i>

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

<i>Quadro XXV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros</i>	<i>48</i>
<i>Quadro XXVI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Unidade</i>	<i>49</i>
<i>Quadro XXVII – Despesas pagas com cartão de crédito corporativo por UG e por suprido.....</i>	<i>52</i>
<i>Quadro XXVIII – Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo – (Série Histórica)</i>	<i>52</i>
<i>Quadro XXIX – Relatório de cumprimento da Recomendação da CGU.....</i>	<i>54</i>
<i>Quadro XXX - Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2011.....</i>	<i>57</i>
<i>Quadro XXXI - Quantitativo de participantes por ciclo em cursos realizados a distancia no âmbito da RNEAD - rede nacional de educação a distância, parceria da ANP e SENASP</i>	<i>58</i>
<i>Quadro XXXII - Declaração do Contador Responsável.....</i>	<i>59</i>

SUMÁRIO

SEÇÃO I	9
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	9
SEÇÃO II.....	12
INTRODUÇÃO	12
ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	14
SEÇÃO III	16
DESENVOLVIMENTO	16
ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	16
2.1) Responsabilidades institucionais	16
2.1.1) Competência institucional	16
2.1.2) Objetivos estratégicos	17
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	18
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011	18
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011	19
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	19
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro	20
2.4.1) Movimentação orçamentária por Grupo de despesa	20
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	21
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	21
2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	21
2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Recebidos por Movimentação	23
2.4.2.1.3) Despesas de Capital dos Créditos Recebidos por Movimentação	24
2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada	25
ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	26
3.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	26
3.2) Análise Crítica	26
ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	27
4.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	27
4.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ	27
4.1.2) Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da UJ	28
4.1.3) Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UJ	28
4.1.4) Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade.....	30
4.1.5) Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade.....	31
4.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	31

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

4.2.1) Classificação do Quadro de Servidores Inativos da UJ segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	31
4.3) Composição do Quadro de Estagiários.....	33
4.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ	33
4.5) Terceirização de mão de obra empregada pela UJ.....	38
4.5.1) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	38
4.5.2) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	39
4.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	40
ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010	41
5) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV	41
ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010	42
6.1) Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	42
6.2) Análise Crítica	42
ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010	43
7. 1) Estrutura de Controles Internos da UJ	43
ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010	45
8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	45
ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010	48
9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	48
9.2) Análise Crítica Sobre a Gestão de Imobilizados sob Responsabilidade da UJ	50
10.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo.....	51
10.1.1) Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício.....	52
ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010	53
11.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício	53
11.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	53
11.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício.....	53
ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010	55
12.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão	55
12.1.2) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos	56
12.1.3) Programa Carbono Neutro	56

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

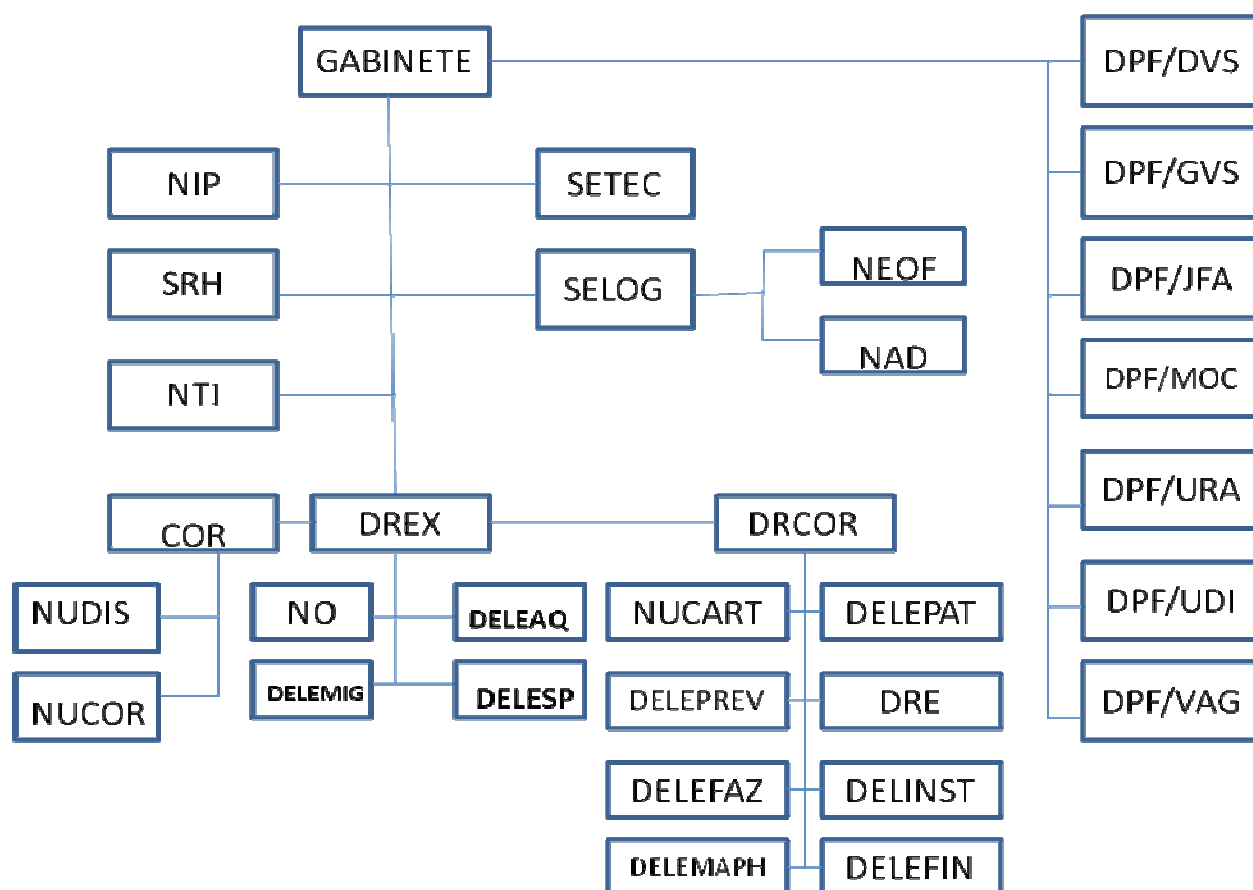
ITEM 1 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	59
1. Declaração do Contador Responsável	59

SEÇÃO I

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais (SR/DPF/MG) está estruturada em oito (08) Unidades Operacionais, composta pela sua sede, na cidade de Belo Horizonte - constituída por Núcleos, Setores e Delegacias Especializadas -, bem como pelas Delegacias Descentralizadas no interior do Estado: Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba, Uberlândia e Varginha. Segue adiante o organograma da SR/DPF/MG.

Quadro I – Organograma Funcional da SR/DPF/MG



Conforme o organograma da SR/DPF/MG (Quadro I) e o Anexo XIV do Regimento Interno do DPF (Portaria nº 2.877, do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011) compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, dez (10) Delegacias Especializadas, quais sejam: Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos, Delegacia de Controle de Segurança Privada - subordinadas a Delegacia Regional Executiva, e, Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2011

Financeiros e Desvios de Recursos Públicos - subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado. Compõem ainda a estrutura dessa Unidade Jurisdicionada as Delegacias, Setores e Núcleos detalhados a seguir:

I. GABINETE SR/DPF/MG

- a.** Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
- b.** Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
- c.** Setor de Recursos Humanos - SRH;
- d.** Setor Técnico-Científico - SETEC;
- e.** Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
 - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF;
 - 2. Núcleo Administrativo - NAD;

II - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM DIVINÓPOLIS;

III - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM GOVERNADOR VALADARES;

IV - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL NO JUIZ DE FORA;

V - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MONTES CLAROS;

VI - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM UBERABA;

VII - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM UBERLÂNDIA;

VIII - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM VARGINHA:

f. DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA – DREX

- 1. Núcleo de Operações - NO;
- 2. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG;
- 3. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ; e
- 4. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP;

g. DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – DRCOR

- 1. Núcleo de Cartório - NUCART;
- 2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT;
- 3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV;
- 4. Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;
- 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ;
- 6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST;
- 7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH; e
- 8. Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos - DELEFIN;

h. CORREGEDORIA – COR

- 1. Núcleo de Correições - NUCOR
- 2. Núcleo de Disciplina – NUDIS

De acordo com o artigo 20 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, compete às Superintendências Regionais do DPF, na sua área de atuação, entre outras atribuições:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal;

II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;

III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, a fim de subsidiar o planejamento operacional das Unidades Centrais;

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e

VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

O artigo 41 do Anexo I da Portaria supra estabelece que as Superintendências Regionais são subordinadas administrativamente ao Diretor-Geral e vinculadas técnica e normativamente às Unidades Centrais. As atribuições do Superintendente Regional encontram-se previstas no art. 35.

Conforme o art. 37 do Regimento Interno do DPF, aos chefes de Delegacias incumbe, entre outras atribuições: planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação; cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, orientadoras das ações policiais e administrativas, na sua área de atuação; propor, implementar e fiscalizar a execução de planos e projetos de trabalho específicos; submeter à decisão do Superintendente Regional os recursos interpostos contra indeferimento de abertura de inquérito policial, arquivamento de denúncias ou representações para instauração de procedimentos administrativos disciplinares; bem como promover e manter atualizado o controle estatístico referente às incidências criminais, à eficiência e eficácia de suas ações, para subsidiar decisões das Superintendências Regionais e unidades centrais.

SEÇÃO II

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2011 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais (SR/DPF/MG), de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 108/2010, a Portaria TCU nº 123/2011 e as orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial, segundo os itens a relacionados na parte A, o conteúdo geral e na parte B, as informações contábeis da gestão do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 123/2011, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/MG opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação. Os quadros previstos na parte C do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108/2010, constarão no Relatório de Gestão do órgão central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN). Da mesma forma os quadros e informações referentes aos programas de governo sob responsabilidade da Unidade, parte A do Anexo II, bem como o item 12 – gestão de tecnologia da informação, serão objeto de apresentação pelo órgão central. Ademais os quadros (A.5.9, A.5.10 e A.5.11) sobre terceirização de cargos no DPF também serão respondidos de forma centralizada.

Os itens 3 – reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos e 14 – renúncia tributária e 16 – tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno da Parte A, 2 a 5 da parte B, 1 a 38 da parte C e a Parte D do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional. Convém salientar que a SR/DPF/MG não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal, em assim sendo não apresenta também o item 6 da parte A do Anexo II da DN TCU 108/2010.

As principais realizações da gestão, no exercício de 2011, consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, sendo realizadas diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho, entre outros. Foram ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

Considerando que o estado de Minas Gerais, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias: é o terceiro estado da federação do ponto de vista econômico; faz divisa com os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro; possui a maior malha viária do país, sendo rota de tráfico ilícito de entorpecentes, mercadorias contrabandeadas, além de palco do crime de exploração sexual infantil; possui 853 (oitocentos e cinquenta e três) municípios que

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2011

recebem repasses de verbas pela União e pelo próprio Estado; possui inúmeras cidades históricas, algumas tombadas pelo Patrimônio Histórico da União como, por exemplo, Diamantina e Ouro Preto, que possuem vasto acervo de obras sacras, móveis, utensílios e documentos de grande valor histórico e cultural; possui considerável quantidade de nascentes de água, é cortado por vários rios e ainda mantém muitas áreas de preservação ambiental, esta superintendência termina por concentrar seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, que são o tráfico de drogas e entorpecentes, o contrabando e o descaminho, a exploração sexual infantil e a pedofilia, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais, crimes contra o meio ambiente e o patrimônio histórico.

As principais dificuldades para realização dos objetivos dessa Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, a exemplo do Decreto nº 7446/2011, estabelecendo limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação institucional.

Os planos e projetos para o exercício de 2012 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro II – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Minas Gerais			
Código SIORG: 01145	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200350	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(31) 3330-5200	(31) 3330-5201	(31) 3330-5223
Endereço eletrônico: gab.srmg@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br/institucional/pf-pelo-brasil/minas-gerais			
Endereço Postal: Rua Nascimento Gurgel, nº 30, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.441-170			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
SR/DPF/MG:			
- Port. 078 de 12/03/65 – Cria a Sub Delegacia Regional			
- Decreto Lei 908, de 01.10.69 – Transforma em Delegacia Regional			
- Decreto 70.665/72, de 02.06.1972 – Transforma em Superintendência Regional			
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização da Atividade-fim da Polícia Federal – FUNAPOL:			
- Lei Complementar nº 89, de 18/02/1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Decreto nº 6.061, de 15/03/2007.			
- Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia federal e as atribuições de seus dirigentes - alterada pela IN Nº 17/08-DG/DPF; - alterada pela IN Nº 39/2010-DG/DPF.			
- Portaria nº 941/2010-DG/DPF, de 25/02/2010, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
- Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srmg), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a			

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200350	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais (Tesouro)
200351	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais (Funapol)
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200350	00001
200351	00001

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas receitas, como unidades gestoras, a exemplo da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precusores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Regional do DPF em Minas Gerais exerce todas as atividades supracitadas, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2011

2.1.2) Objetivos estratégicos

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, ora representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:
 - I - Histórico;
 - II - Negócio;
 - III - Missão;
 - IV - Visão;
 - V - Valores;
 - VI - Fatores Críticos de Sucesso;
 - VII - Políticas Corporativas;
 - VIII - Macro Objetivos;
 - IX - Objetivos Institucionais; e
 - X - Ações Estratégicas.

- Portfólio Estratégico, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:
 - I - Objetivos Institucionais; e
 - II - Ações Estratégicas.

- Mapa Estratégico, composto de:
 - I - Missão;
 - II - Visão;
 - III - Perspectivas;
 - IV - Macro Objetivos;
 - V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e
 - VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:

- I – Orçamento e Finanças;
- II – Aprendizado e Crescimento;
- III – Processos Internos; e
- IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

- a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica
Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2011

- b) Valorizar o Servidor
Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.
- c) Reduzir a Criminalidade
Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.
- d) Promover a Cidadania
Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.
- e) Incrementar os Acordos e Parcerias
Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.
- f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais
Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.
- g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação
Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.
- h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico
Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011

A Superintendência Regional do DPF em MG atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. As Delegacias Descentralizadas no Estado operam em consonância com a Superintendência em Belo Horizonte e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas Delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/MG opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2011, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do DPF em Minas Gerais atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2011

contrabando e descaminho, ao tráfico de drogas e armas, fraude a licitações, lavagem de dinheiro, entre outros delitos.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias na recepção dos aeroportos, postos de fronteira e no atendimento a estrangeiros. Prosseguiu-se a campanha do desarmamento, sendo recebidos diversos tipos de armas, efetuando-se cadastro e confecção de registros e portes.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011

Ressaltam-se, em breve síntese, algumas das Operações de caráter permanente instituídas pelo órgão Central, atendendo ao seu Plano Estratégico de médio e longo prazo: a Operação Sentinela, objetivando prevenir e reprimir crimes transnacionais com os países vizinhos, como Argentina e Uruguai e a Operação Arco de Fogo, com foco à repressão desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e crimes contra a fauna e flora brasileiras. A SR/MG constantemente participa de tais ações, através da cessão de policiais, conforme cronograma enviado pelas unidades centrais.

Foi dada continuidade à política de realizar ações conjuntas e a interlocução com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal. Assim, foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

As metas físicas e financeiras estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, constantes no SIGPLAN, são aquelas consolidadas para todo o DPF e acompanhadas pelo Gerente Executivo do seu respectivo Programa, as quais constarão em Relatório específico do Órgão Central. Sendo assim, os dados discriminados no quadro adiante são aqueles disponíveis nesta Unidade Jurisdicionada, consolidados pelos setores responsáveis.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Quadro III - Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista em 2011	Meta Financeira realizada	Meta a ser realizada em 2012
06	125	0662	2586	A	3	NA	NA	0,00	NA
06	125	0662	2679	A	3	NA	NA	40.576,18	NA
06	183	0662	2720	A	3	NA	NA	260.764,32	NA
06	181	0662	2726	A	3	NA	NA	3.362.334,56	NA
06	128	0662	4572	A	3	NA	NA	59.478,50	NA
06	122	0750	2000	A	3	NA	NA	14.796.095,59	NA
06	122	0750	2012	A	3	NA	NA	4,18	NA
06	181	1353	8979	P	3	NA	NA	56.437,19	NA
06	181	1353	8980	P	3	NA	NA	0,00	NA
09	272	0089	0181	A	3	NA	NA	130.631,67	NA

Fonte: SIAFI GERENCIAL

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido com o código “NA” – Não se Aplica. Seguiu-se a orientação da CGU para a hipótese de que UJ opere apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Análise Crítica

Cumprimento das metas físicas: Esta unidade jurisdicionada não tem metas físicas ou financeiras definidas pelo órgão central.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Movimentação orçamentária por Grupo de despesa

O quadro abaixo demonstra o fluxo interno de créditos entre a UO e a UJ, ou seja, a movimentação de crédito orçamentário do Órgão Central para a Superintendência Regional em Minas Gerais.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Quadro IV - Movimentação Orçamentária por Grupo de despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedent e ou receptor a	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200336	301011412207502000	-	-	33.373,57
	Recebidos	200336	301080612207502000	15.746,25	-	-
	Recebidos	200336	301080630607502012	-	-	44,18
	Recebidos	200336	301080612207502000	-	-	15.219.560,13
	Recebidos	200336	301010642214538375	-	-	48.000,00
	Recebidos	200336	5210105811018120CI	-	-	34.086,21
	Recebidos	200336	3091106181112712OM	-	-	5.518,02
	Recebidos	200336	301080927200890181	130.631,67	-	-
	Recebidos	200337	309090618106622726	-	-	3.368.935,38
	Recebidos	200337	309090618306622720	-	-	248.606,26
	Recebidos	200337	309090612506622679	-	-	40.576,18
Recebidos	200337	309090612806624572	-	-	59.478,50	
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedent e ou receptor a	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200336	301080612207502000	1.123.734,98	-	-
	Recebidos	200337	309090618306622720	12.158,06	-	-
	Recebidos	200337	309090612506622679	15.600,00	-	-
	Recebidos	200337	309090618106622586	47.080,00	-	-
	Recebidos	200337	309090618113538979	1.167.957,16	-	-
	Recebidos	200337	309090618113538980	1.018.003,60	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Quadro V - Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	12.414.954,71	9.299.363,72	11.571.203,90	9.299.363,72
Convite	-	-	-	-
Tomada de preços	56.437,19	104.242,86	56.437,19	104.242,86
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	12.358.517,52	9.195.120,86	11.514.766,71	9.195.120,86
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	1.791.064,93	3.379.265,39	1.785.298,93	3.379.011,44
Dispensa	1.322.923,37	1.587.647,01	1.322.923,37	1.587.647,01
Inexigibilidade	468.141,56	1.791.618,38	462.375,56	1.791.364,43
Regime de Execução Especial	380.442,59	426.344,67	380.442,59	426.344,67
Suprimento de Fundos	380.442,59	426.344,67	380.442,59	426.344,67
Pagamento de Pessoal	3.508.930,69	4.750.912,13	3.508.930,69	4.750.912,13
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	3.508.930,69	4.750.912,13	3.508.930,69	4.750.912,13
Outras	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro VI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1-Despesas de Pessoal	146.377,92	55.479,62	146.377,92	55.479,62	-	-	146.377,92	55.479,62
08 Outros Benefícios Assistenciais	39.800,82	23.758,16	39.800,82	23.758,16	-	-	39.800,82	23.758,16
91 Sentenças Judiciais	106.577,10	2.552,72	106.577,10	2.552,72	-	-	106.577,10	2.552,72
92 Despesas de Exercícios Anteriores	-	29.168,74	-	29.168,74	-	-	-	29.168,74
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	19.023.954,26	20.046.124,82	17.596.214,04	17.937.297,79	1.107.931,71	2.108.827,03	16.728.697,23	17.937.043,84
14 Diárias - Pessoal Civil	3.508.930,69	4.750.912,13	3.508.930,69	4.750.912,13	-	-	3.508.930,69	4.750.912,13
30 Materiais de Consumo	1.406.126,23	1.679.608,93	1.124.800,52	1.314.195,21	281.325,71	365.413,72	1.120.900,52	1.314.195,21
33 Passagens e Despesas com Locomoção	289.585,50	388.060,02	227.009,40	351.090,83	62.576,10	36.969,19	227.009,40	351.090,83
36 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	395.348,84	299.001,46	373.437,09	275.105,20	21.911,75	23.896,26	373.437,09	275.105,20
37 Locação de Mão-de-Obra	6.779.674,47	4.620.317,08	6.399.218,22	4.128.257,51	380.456,25	492.059,57	5.582.972,47	4.128.257,51
39 Outros Serviços De Terceiros PJ	6.084.046,30	7.173.225,74	5.728.241,49	5.988.673,71	355.804,81	1.184.552,03	5.698.870,43	5.988.419,76
46 Auxílio Alimentação	44,18	-	44,18	-	-	-	44,18	-
47 Obrigações Tributárias e Contributivas	40.821,62	28.778,09	34.964,53	26.716,33	5.857,09	2.061,76	34.964,53	26.716,33
92 Despesas De Exercícios Anteriores	199.567,92	537.503,83	199.567,92	537.503,83	-	-	199.567,92	537.503,83
93 Indenizações e Restituições	319.808,51	568.717,54	316.818,85	564.843,04	2.989,68	3.874,50	316.818,85	564.843,04

Fonte: SIAFI Gerencial

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

2.4.2.1.3) Despesas de Capital dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro VII- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4- Investimentos	3.384.533,80	2.121.477,19	646.951,38	622.204,39	2.737.582,42	1.499.272,80	646.951,38	622.204,39
51 - obras e instalações - op.int.orc.	2.185.960,76	1.737.016,56	56.437,19	504.670,09	2.129.523,57	1.232.346,47	56.437,19	504.670,09
52- equipe material permanente - op. intra-orc.	1.198.573,04	384.460,63	590.514,19	117.534,30	608.058,85	266.926,33	590.514,19	117.534,30

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Cabe ressaltar, inicialmente, um aumento de 21% em relação à despesa empenhada em obras. Tal fato se deveu, principalmente, à promoção de ações voltadas para reformas na sede da SR/MG, bem como obras de reparos emergenciais na Delegacia de Juiz de Fora. São obras que promovem melhoria na qualidade de trabalho do servidor e também afetam diretamente o atendimento ao público.

Houve um significativo aumento de 311% nos investimentos em material permanente, cabendo ressaltar as ações de renovação do parque de informática da SR/DPF/MG, bem como aquisições de materiais imprescindíveis para as atividades policiais. As ações estão detalhadas no item 17 deste relatório.

Em virtude da edição do Decreto 7.446/2011 e o aumento do controle dos deslocamentos, percebeu-se que o gasto com diárias policiais alcançou redução de 27%. Tal fato ocorreu principalmente no primeiro semestre quando ainda pairavam incertezas sobre o montante de créditos orçamentários que seriam disponibilizados para esta Superintendência.

Eventos positivos que facilitaram a execução orçamentária: Atendendo metas de contenção de despesas, buscou-se otimizar os serviços de telefonia no DPF, no exercício de 2011, haja vista a ampliação do uso do sistema VOIP - Voice Over Internet Protocol (tecnologia de transmissão de voz sobre protocolo de internet). O uso desse serviço permite que ligações telefônicas sejam realizadas por meio da rede internet ou através de redes de dados corporativas.

Uma das grandes vantagens do uso do VOIP é de não haver custo, exceto aqueles previstos com o uso da rede lógica, nas ligações telefônicas entre Delegacias do interior e a SR/DPF/MG, e vice-versa, bem como em ligações interurbanas realizadas entre Unidades de estados distintos.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2011

Destaca-se ainda o uso da videoconferência, como meio de aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação interna, em funcionamento na SR/DPF/MG. Tal tecnologia tem permitido significativa redução de custos com diárias de servidores, de forma que os responsáveis por núcleos de investigação bem como dirigentes de Setor, Delegacia, Divisão, entre outros, podem promover intercâmbio simultâneo de informações, sem necessidade de locomoção geográfica.

Nos contratos com oficinas e administração de combustível, os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais e fornecimento de combustível, têm sido controlados mediante cotas máximas mensais, que demandam justificativas bem fundamentadas por parte das Delegacias que necessitam ultrapassar os referidos limites de gastos.

2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Departamento de Polícia Federal tem buscado desenvolver instrumentos e mecanismos que possibilitem avaliar, de forma consistente, o resultado de seu desempenho institucional, de modo a subsidiar as decisões de seu corpo diretivo, e, também, melhor prestar contas à sociedade e ao Governo Federal sobre sua atuação.

Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão da Polícia Federal quanto aos objetivos estratégicos, houve contratação de instituições que ficariam incumbidas deste propósito em exercícios anteriores, a exemplo do Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG e da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Todavia, em função de fatores diversos e diante dos resultados iniciais apresentados, restou prejudicado o atendimento na apresentação dos índices demandados.

Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui, entre outras atribuições, a seguinte: "II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial."

Desta forma, pretende-se fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Nos próximos anos, deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais como os estrangeiros.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

3.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro VIII – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	9.454,76	9.200,81	253,95	0,00
2009	10.565,83	258,95	1.106,07	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	3.836.027,75	682.713,12	2.902.150,07	251.164,56
2009	2.661.144,28	497.925,42	1.935.290,94	0,00

Observações: Exceto as considerações expostas adiante, não há nenhuma análise adicional digna de registro.

Fonte: SIAFI Gerencial

OBS.: Saldos a pagar em 31/12: Montante Inscrito – Cancelados – Pagos = saldo a pagar em 31/12.

3.2) Análise Crítica

Os restos a pagar inscritos no exercício 2009, cuja execução da despesa tenha se iniciado até 30 de abril de 2011, tiveram a prorrogação de sua vigência estabelecida por força do Decreto 7.468, de 28 de abril de 2011. Os restos a pagar inscritos no exercício 2010 tiveram sua vigência estabelecida através do Decreto 7.654, de 23 de dezembro de 2011.

No âmbito do SR/DPF/MG, R\$250.774,56 dos valores inscritos em restos a pagar não processados (99,84%) se referem a despesas de investimentos, sendo a maior parte relativa a obras executadas na Superintendência Regional e delegacias descentralizadas, cuja execução do contrato já se encontrava em andamento nas datas estabelecidas nos decretos regulamentadores. Os restos a pagar processados, inscritos em exercícios anteriores, foram baixados no exercício 2011 em função de sua liquidação ou cancelamento.

A previsão para baixa dos restos a pagar não processados, evidenciados no quadro acima, é que as mesmas ocorram no exercício financeiro de 2012, haja vista que os contratos que amparam sua execução possuem data prevista para encerramento nesse exercício.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

4.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

4.1.1) Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ

Quadro IX – Força de trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2)	730	730	36	45
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	730	730	36	45
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	726	726	36	43
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	1	1	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.5. Servidores anistiados de outros órgãos	3	3	1	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	730	730	36	45

Fonte: Sistema Portal da SR/DPF/MG

Considerações:

1. A SR/DPF/MG, em 31/12/2011, possuía um total de 730 servidores de carreira, sendo:
 - 726 do quadro próprio do DPF;
 - 01 servidor em exercício provisório na DPF/UDI/MG proveniente do Ministério da Educação e;
 - 03 servidores anistiados, sendo 01 oriundo do Ministério das Minas e Energias, 01 da ABIN e 01 do Ministério dos Transportes;
2. Os ingressos ocorreram em função de :
 - **Remoção:** 27 servidores que vieram para a SR/DPF/MG de outras localidades;
 - **Reversão:** 08 servidores aposentados que retornaram à atividade em função de Acórdãos diversos do TCU que julgaram as suas aposentadorias ilegais;
 - **Anistiados:** 01 servidor oriundo do Ministério dos Transportes.
3. Os egressos ocorreram em função de :
 - **Remoção:** 19 servidores da SR/DPF/MG que foram para outras localidades do DPF;
 - **Aposentadoria:** 23 aposentadorias no exercício;

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

- **Anistiados:** 02 servidores que foram convocados à retornarem ao seu órgão - da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
- **Demissão:** 01 servidor.

4. Houve mais egressos que ingressos na SR no exercício de 2011, 45 versus 36.

4.1.2) Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da UJ

Quadro X – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	19
3.1. De ofício, no interesse da Administração	9
3.2. A pedido, a critério da Administração	7
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	3
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	2
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	2
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	25

Fonte: Sistema Portal da SR/DPF/MG e Planilha de Removidos do SRH/SR/DPF/MG

Considerações:

1. Item 1 - No exercício, a SR/DPF/MG, teve apenas 01 servidor cedido ao MJ, para ocupar cargo de confiança DAS 101.2;
2. Item 3 – Removidos: foi considerado as remoções ocorridas da SR/DPF/MG para qualquer outra localidade do DPF, inclusive dentre localidades da própria Superintendência de Minas Gerais, ou seja, a informação permite visualizar quantas remoções ocorreram, por modalidade, dentro do quadro da SR no exercício;
3. O item 3.6 foi incluído por se tratar de remoção de ordem judicial não atende às elencadas no quadro e esta foi totalizadas nos itens 3 e 7;

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

4.1.3) Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UJ

Quadro XI – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	4	4	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4	3	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4	4	3	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	27	27	16	16
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	27	27	16	16
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	31	31	19	19

Fonte: Extração via DW do SIAPE

Considerações:

1. A estrutura organizacional/formal da SR/DPF/MG é composta de apenas 31 áreas, sendo 87,09% de funções gratificadas e 12,90% de cargos de Direção e Assessoramento Superior, sendo que todos os ocupantes são de carreiras vinculadas ao órgão;
2. Os ingressos e egressos representam a movimentação de pessoal no exercício do cargo ou função de confiança ao longo do exercício. O turn-over foi de 59,26% entre as Funções Gratificadas e de 75,00% no Grupo de Direção e Assessoramento Superior. Dentre as funções gratificadas, 07 pertencem às Delegacias Descentralizadas localizadas em cidades do interior de Minas Gerais. Destas, apenas 02 (28,57%) sofreram mudanças em sua direção. No geral, o turn-over foi de 61,29% e este deveu-se à mudança do Diretor Geral do DPF, com consequente mudança do Superintendente do Estado de Minas Gerais e seus subordinados diretos.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

4.1.4) Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade

Quadro XII – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo	21	312	248	108	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	21	312	248	108	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	0	17	7	7	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	2	2	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	15	5	7	0
3. Totais (1+2)	21	329	255	115	10

Fonte: Sistema Portal da SR/DPF/MG

Considerações:

1. A SR/DPF/MG possui 730 servidores, sendo que 584, ou 80,44%, estão situados na faixa de 31 a 50 anos;
2. A faixa de até 30 anos de idade corresponde a apenas 4,13% do total, o que demonstra que os novos servidores ingressam com mais de 31 anos, levando-se em conta que houve 2 concursos para a carreira policial nos últimos 8 anos;
3. As idades dos ocupantes dos cargos e funções de confiança, também em sua maioria, encontram-se na faixa de 31 a 50 anos, 77,41%;

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

4.1.5) Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade

Quadro XIII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	2	81	611	5	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	2	81	611	5	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	2	27	2	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	3	1	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	2	24	1	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	2	83	638	7	0	0

Fonte: Sistema Portal da SR/DPF/MG

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Considerações:

1. Dos 730 servidores da SR/DPF/MG 0,2740% possuem Primeiro Grau, 11,10% possuem 2º grau completo, 87,40% possuem 3º grau completo e 0,96% possuem Pós-Graduação;
2. Uma vez que os servidores não são obrigados a atualizarem o seu nível escolaridade junto ao Recursos Humanos, acreditamos que o número de servidores que possuem 3º grau completo, Pós-Graduação, Mestrado ou Doutorado é maior.

4.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

4.2.1) Classificação do Quadro de Servidores Inativos da UJ segundo o regime de proventos e de aposentadoria

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Quadro XIV – Composição do Quadro de Servidores Inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De servidores aposentados até 31/12	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	243	23
1.1 Voluntária	224	21
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	19	2
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	26	0
2.1 Voluntária	15	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	11	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	269	23

Fonte: Planilha de Aposentados do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/MG

Considerações:

1. Dos 269 aposentados da SR apenas 30 servidores aposentaram-se por Invalidez Permanente, representando 11,15% do total;
2. Das 23 aposentadorias ocorridas em 2011 somente 2 foram por Invalidez Permanente, representando 8,70% do exercício.

Quadro XV – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	34	03
1.1 Integral	33	03
1.2 Proporcional	01	00
2. Em Atividade	12	01
3. Total (1+2)	46	04

Fonte: Extração de Dados via DW do SIAPE

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

4.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XVI - Composição do Quadro de Estagiários na UJ

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesas no exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	14	15	16	23	105.129,73
1.1 Área Fim	11	13	13	19	18.635,09
1.2 Área Meio	03	02	03	04	86.494,64
2. Nível Médio	0	0	0	0	0,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
3. Total (1+2)	14	15	16	23	105.129,73

Fonte: SIAPE e Sistema Portal da SR/DPF/MG

Considerações:

1. A SR/DPF/MG possui somente estagiários de nível superior. A classificação dos estagiários em área meio e fim foi feita com base na sua lotação, considerando o SRH, SELOG, NTI, Gabinete como área meio e demais como área fim;
2. O custo total do exercício foi obtido da conta contábil 3.3.3.9.0.36.07 (rubricas 82553 - Bolsa de Estágio e 82695 - Auxílio Transporte Estagiário);
3. O custo trimestral dos estagiários, da área fim e meio, foi obtido a partir da média do número de estagiários no exercício, sendo 17,73% para a área meio, e 82,27% para a área fim.

4.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Quadro XVII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	93194644,49	2670,55	7858176,14	2913293,99	6400483,38	2264670,63	0	29362,79	452401,42	113115703,39
	2010	90766619,06	2784,22	7741454,55	3021461,50	7799604,13	1307332,81	0	130492,93	442486,05	111212236,25
	2009	87634957,19	2903,92	7544292,95	2942248,09	5298015,14	1021847,13	17199,38	18146,23	346177,95	104825787,98
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	139987,20	0	17498,40	5832,80	2432,00	75,00	0	0	0	130828,60
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	919287,28	71960,11	90942,74	29657,58	162512,86	7880,00	0	937,96	55501,66	1338680,19
	2010	927060,31	78037,83	84801,36	56648,08	35758,14	2540,00	0	98,76	27811,90	1212756,38
	2009	925395,00	77901,38	84801,36	37943,13	172224,46	26906,50	40,74	0	13683,90	1338896,47
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	5272612,21	87018,90	449605,75	138073,62	189066,86	260251,66	0	5470,30	157088,41	6559187,71
	2010	5298573,06	90267,03	462400,44	192987,74	297194,76	151375,77	0	3068,52	147370,44	6643237,76
	2009	5283820,22	91975,93	427131,70	178569,66	295251,75	72711,19	803,40	0	96685,06	6446984,91

Fonte: SIAPE e SIAFI – Valores em R\$1,00

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Considerações:

1. A composição dos custos foi feita via extração de dados do SIAPE via DW e informações fornecidas pelo NEOF/SELOG/SR/DPF/MG extraídas do SIAFI;
2. A participação dos servidores ocupantes de Funções gratificadas e cargos DAS na despesa total de pessoal representa apenas 6% e 1%, respectivamente;

As contas contábeis e respectivas rubricas de pagamento utilizadas para a composição dos Custos de Pessoal são as seguintes:

Conta-Contábil	Rubrica	Descrição
Adicionais		
3.3.1.9.0.11.09	00067	ADIC. DE PERICULOSIDADE
3.3.1.9.0.11.04	00028	ADICIONAL NOTURNO
3.3.1.9.0.11.45	00220	ADICIONAL 1/3 DE FÉRIAS
3.3.1.9.0.11.42	00075	FERIAS INDENIZADAS/PROPORC.
3.3.1.9.0.11.37	00013	ANUENIO - ART.244, LEI 8112/90
Benefícios Assistenciais e Previdenciários		
3.3.1.9.0.11.07	82273 82447 82525	ABONO DE PERMANENCIA EC 41/03 FÉRIAS – ABONO PERMAN EC41/03 ABONO PERMAN EC 41/03 GRAT.NAT
3.3.1.9.0.08.05	00121	AUXILIO NATALIDADE
3.3.3.9.0.93.08	82737	PER CAPITA - SAUDE SUPLEMENTAR
3.3.1.9.0.08.01	SICAF	AUXILIO FUNERAL
Demais Despesas Variáveis		
2.1.1.4.9.02.00	00130	RENDIMENTO PASEP
Despesas de Exercícios Anteriores		
3.3.1.9.0.91.27	01301	PAGTO EXERC ANT DEC JUDIC ATIV
3.3.1.9.0.92.11	00058 00571	PAGAMENTO EXERC. ANTERIOR(ES) GRAT.NATALINA EXERC.ANTERIOR

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

	82379	ABONO PERMANENCIA EXERC.ANT.AT
3.3.3.9.0.92.14	SICAF	DIARIA
3.3.3.9.0.92.93	SICAF	AJUDA DE CUSTO
3.3.3.9.0.92.93	SICAF	TRANSPORTE
3.3.1.9.0.92.01	SICAF	AUXÍLIO-FUNERAL ATIVO
3.3.1.9.0.92.02	SICAF	AUXILIO-FUNERAL INATIVO
Decisão Judicial		
3.3.1.9.0.91.27	01113 01358 01359 01457	DEC JUD N TRAN JUG IS/PSS - AT ADIC. NOTURNO JUD. SUBSIDIO AT ADIC.DE PERIC. JUD.SUBSIDIO AT AUXILIO-RECLUSAO DECISAO JUDIC
2.1.1.4.2.00.00	97531	DECISAO JUDICIAL- DEP.EM JUIZO
2.1.1.1.3.01.00	01343 01455 01414	DEV. IRRF S/ABONO PERMANENCIA DEC JUD N TRANS JULG - DEV IR DEV.PSS S/FERIAS SUBS. DEC JUD
3.3.1.9.0.91.32	15277	DECISAO JUDICIAL TRAN JUG AT.
3.3.1.9.0.92.17	82174	VANTAGEM ADMINIST. 3,17% - AT
3.3.1.9.0.91.27	01113 01359	DEC JUD N TRAN JUG IS/PSS - AT ADIC.DE PERIC. JUD.SUBSIDIO AT
Gratificações		
3.3.1.9.0.11.43	00176 00178	GRATIFICACAO NATALINA GRAT.NATALINA PROPORCIONAL
Indenizações		
3.3.3.9.0.08.55	00700	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR
3.3.3.9.0.46.01	00136	AUXILIO-ALIMENTACAO
3.3.3.9.0.49.01	00951	AUXILIO-TRANSPORTE
3.3.3.9.0.14.14	SICAF	DIARIA
3.3.3.9.0.93.09	SICAF	AJUDA DE CUSTO
3.3.3.9.0.93.01	SICAF	TRANSPORTE REMOCAO
3.3.3.9.0.93.05		

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Retribuições		
3.3.1.9.0.11.33	00025 00561 00593 82332	OPCAO DAS - PESSOAL PERMANENTE FGR-FUNC GRATIFICADA L 8216/91 GRAT.DESEMP.FUNCAO-GADF LD.13 ACERTOS EXONERACAO DE FUNCAO
3.3.1.9.0.16.32	00024	SUBSTITUICAO/INTERINO
Vencimentos		
3.3.1.9.0.11.31	82568	GDATPF - MP 431/2008 AT
3.3.1.9.0.11.05	82106	VPNI ART.62-A LEI 8112/90 - AT
3.3.1.9.0.11.01	00001 82483 82486	VENCIMENTO BASICO SUBSIDIO AT PARC.COMPL.SUBSIDIO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

4.5) Terceirização de mão de obra empregada pela UJ

4.5.1) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais													
UG/Gestão: 200350/00001							CNPJ: 00.394.494/0029-37						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	035/2010	05.891.583/0001-01	01/12/2010	30/11/2012			74	74			P
2010	L	O	001/2010	97.481.220/0001-16	01/02/2010	31/01/2013	45	44					P
Observação: -													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/MG

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

4.5.2) Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro XIX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais													
UG/Gestão: 200350/00001							CNPJ: 00.394.494/0029-37						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	07	O	36	04.552.404/0001-49	21/11/2008	31/12/2012	-	-	80	80	-	-	P
2011	14	O	14	10.289.753/0001-12	22/08/2011	21/08/2012	01	01	-	-	-	-	A
2011	14	O	15	10.289.753/0001-12	22/08/2011	21/08/2011	01	01	-	-	-	-	A
2010	06	O	02	09.196.147/0001-73	01/01/2010	31/12/2012	01	01	-	-	-	-	P
2011	07	O	22	05.208.408/0001-77	01/12/2011	30/11/2012	-	-	92	92	-	-	A
2009	05	O	32	38.056.404/0001-70	05/10/2009	04/10/2012	-	-	10	10	-	-	P
2011	14	O	23	08.491.163/0001-26	01/12/2011	30/11/2012	-	-	16	16	-	-	A
2012	10	O	01	97.481.220/0001-16	01/02/2012	31/01/2013	01	01	-	-	-	-	A
2012	14	O	06	97.481.220/0001-16	01/02/2012	31/01/2012	03	03	-	-	-	-	A
2010	11	O	40	97.481.220/0001-16	10/01/2011	09/01/2013	12	12	-	-	-	-	P
2010	07	O	04	20.525.093/0001-85	01/01/2010	30/11/2011	-	-	106	95	-	-	E
2007	14	O	40	20.525.093/0001-85	02/01/2008	30/11/2011	-	-	16	16	-	-	E
Observação: -													
LEGENDA													
Área: 1.Conservação e Limpeza; 2.Segurança; 3.Vigilância;4.Transportes; 5.Informática; 6.Copeiragem; 7.Recepção;8.Reprografia; 9.Telecomunicações; 10.Manutenção de bens móveis; 11.Manutenção de bens imóveis; 12.Brigadistas;13.Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 14.Outras							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/MG

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

4.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Considerações gerais

Não há indicadores gerenciais. O órgão Central está envidando esforços para criar os indicadores para vários setores da Polícia Federal.

ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

5) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV

Quadro XX - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

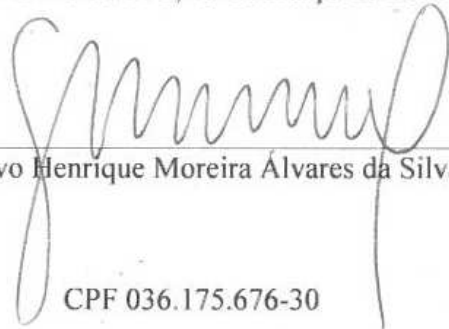
Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais	200350, 200351

Eu, GUSTAVO HENRIQUE MOREIRA ÁLVARES DA SILVA, CPF nº 036.175.676-30, ocupante do cargo de Perito Criminal Federal, exercido na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos celebrados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Belo Horizonte/MG, 19 de março de 2012.



Gustavo Henrique Moreira Álvares da Silva

CPF 036.175.676-30

Perito Criminal Federal

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

6.1) Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

Quadro XXI– Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	07	07	66
	Entregaram a DBR	05	05	41
	Não cumpriram a obrigação	02	02	25

6.2) Análise Crítica

1. Este SRH/SR/DPF/MG estará entrando em contato com os servidores que ainda não apresentaram a DBR para fins de regularização.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

7. 1) Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro XXII - Estrutura de controles internos da SR/DPF/MG

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		x			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
<p>Considerações gerais</p> <p>Metodologia utilizada pela UJ para responder os quesitos: Foi designado um servidor da Unidade Jurisdicionada lotado no SELOG/SR/DPF/MG para fornecer as respostas.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais não possui Unidade de Controles Interno que possa responder sobre a natureza da totalidade dos controles em questão. Até o presente momento, a maioria dessas atribuições são realizadas pela Controladoria-Geral da União, pelo Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Especificamente, a SR/DPF/MG realiza trabalho de conformidade contábil e de gestão. Existem dois servidores responsáveis por este trabalho, em caráter de exclusividade, com monitoramento permanente das atividades financeiras e de gestão da Superintendência. As inconsistências encontradas são remetidas ao dirigente regional para subsidiar decisões e apurar eventuais responsabilidades.

A instrução normativa nº. 043/2012 – DG/DPF de 23/12/2012 define os procedimentos para a instituição da Unidade de Controle Interno – UCI no âmbito das Superintendências da Polícia Federal. Tal unidade englobaria as atividades de conformidade, além de gerenciar e divulgar as informações financeiras e de gestão em toda Unidade.

ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XXIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
<p>A SRMG tem levado em conta vários critérios para aplicação da sustentabilidade ambiental nas diversas fases de aquisição de produtos e matérias primas, conforme as etapas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Extração, fabricação e utilização de produtos: nas especificações de produtos a serem fornecidos é realizada ampla pesquisa no mercado para especificação de materiais que possam ser reciclados e reutilizados, como divisórias, luminárias, louças e metais sanitários, e forros removíveis. Esse materiais também tem uso eficiente pois são produzidos com tecnologia para atingir eficiência energética, economia de água, dentre outros aspectos. Nas licitações são colocados dispositivos que obriguem as empresas a apresentar soluções ambientalmente sustentáveis, com indicação de leis e penalidades. ✓ Descarte de produtos: para o descarte em obras públicas, são indicados no Edital de Licitação a necessidade de atendimento à Resolução 307 do Conselho Nacional de Meio Ambiente que prevê gerenciamento de resíduos sólidos eficiente. Para o descarte da própria Administração, foi implementado eficiente sistema de coleta e separação de resíduos recicláveis, que são armazenados e dispostos para coleta da Prefeitura de Belo Horizonte, conforme convênio firmado entre as duas entidades. Também há um sistema de coleta de lâmpadas e baterias com destinação certa, evitando a contaminação de lençóis freáticos da natureza. Está sendo implementado sistema de coleta e separação de resíduos oriundos de oficina mecânica, evitando que sejam lançados na rede de esgoto convencional. 					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
A aquisição de alguns produtos seguem esse parâmetro, como a compra de papel reciclável.					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
Não há normativo nos editais de licitação quanto à exigência da empresa ser certificada e sim quanto ao produto. Na especificação do material e do serviço preocupa-se apenas em exigir o fornecimento de produto certificado, como a compra de papel reciclado ou utilização de produtos não poluentes para detetização de ambientes, não sendo pré-requisito que a empresa que o forneça seja certificada para fornecimento de tal produto ou serviço.					

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>					X
<p>A SRMG tem optado pela utilização de torneiras com arejador (que reduzem o consumo de água em 40%), torneiras com fechamento automático (evitando o desperdício), bacias sanitárias com caixa acoplada (limitam o uso de água por acionamento), lâmpadas econômicas de 16 e 32 watts com reatores econômicos acoplados (iluminam mais, consumindo menos energia), dispositivo de desligamento automático do sistema de irrigação para o caso de ocorrência de chuvas (o dispositivo evita o gasto de água com irrigação se tiver ocorrido chuva no dia), uso de relés fotoelétricos em lugares de pouco acesso (desligamento automático de lâmpadas em locais onde o fluxo de pessoas é reduzido, promovendo economia de energia). Com aplicação desses dispositivos, notou-se uma economia de 40% na conta da COPASA (água tratada) e 35% na conta da CEMIG (energia).</p>					
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>				X	
<p>A SRMG adquiriu papel reciclado.</p>					
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p>	X				
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>	X				
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>					X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>					X
<p>Após a implementação da Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010 que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental para contratação de serviços e obras de engenharia, a SRMG se preocupou em inserir no Projeto Básico e Executivo de suas obras parâmetros que levassem em conta a redução de consumo de água e energia, com utilização de tecnologias para redução do impacto ambiental. Recentemente foi contratado sistema de aproveitamento de água de chuva para mictórios e sanitários, sistema de aproveitamento de energia solar para chuveiros nos vestiários e sistema de coleta e separação de resíduos oriundos de oficina mecânica, obra em andamento no exercício de 2012. Está sendo realizado projeto executivo para reforma da parte elétrica da SRMG de forma a suprir diversas falhas no sistema elétrico e lógico, melhorando a transmissão de dados e energia (obra a ser implementada no ano seguinte). Além disso outros dispositivos, já incorporados em obras anteriores, são levados em conta como uso de bacias sanitárias com caixas acopladas, torneiras econômicas, lâmpadas eficientes e utilização de materiais de construção com o viés ambiental incorporado.</p>					

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
Nos últimos exercícios a SRMG tem realizado diversos programas de treinamento, reciclagem e atualização de conceitos entre os servidores, em programas de treinamento realizado pela equipe de T&D (Telecentro). Nessas campanhas são utilizados diversos meios de comunicação, como palestras, distribuição de folders e avisos nos corredores, comunicações na intranet e via e-mail oficial de todos os servidores, visando a comunicação entre todos para a conscientização para redução no consumo de água, energia elétrica, reciclagem de materiais e outras práticas ambientais.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
Nos últimos exercícios a SRMG tem promovido campanhas de conscientização dos servidores sobre a importância na preservação do meio ambiente, com destaque para o Programa Carbono Zero em parceria entre SELOG (Setor de Administração e Logística Policial) e DELEMAPH (Delegacia de Repressão aos Crimes Contra o Meio Ambiente). Nesse programa diversos servidores plantaram mudas de árvores nativas em regiões de reflorestamento, afim de se comprometerem a entregar para o futuro um ambiente melhor para se viver. Além dessa prática são fomentados banners e folders de conscientização ambiental do público interno e externo sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, com disque denúncia sobre queimadas e outros crimes contra o meio ambiente.					
Considerações Gerais: Diante das considerações em cada item apontadas acima, pode-se dizer que a SRMG tem contribuído eficientemente para a melhoria do Meio Ambiente, empregando diversas diretrizes para conscientização de servidores e público em geral, bem como compra e aquisição de bens e serviços que se amoldam aos critérios de sustentabilidade para economia de água e energia, bem como a destinação de resíduos sólidos e líquidos, evitando a contaminação do lençol freático e do meio ambiente.					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SR/DPF/MG

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Seguem adiante três quadros com dados sobre a distribuição espacial e discriminação dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União, sob responsabilidade da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais, bem como sobre os imóveis locados por esta Regional.

Quadro XXIV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Minas Gerais		
	Belo Horizonte	07	07
	Contagem	02	01
	Confins	01	01
	Divinópolis	01	01
	Governador Valadares	01	01
	Juiz de Fora	03	03
	Montes Claros	02	02
	Uberaba	01	01
	Uberlândia	03	03
Varginha	02	03	
Subtotal Brasil		23	23
EXTERIOR		Não há	Não há
Subtotal Exterior		0-	0
Total (Brasil + Exterior)		23	23

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Quadro XXV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	MINAS GERAIS		
	Divinópolis	01	01
	Montes Claros	01	01
	Varginha	01	01
Subtotal Brasil		03	03
EXTERIOR		Não há	Não há
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte: Setor de Gerenciamento de Contratos/SELOG/SR/DPF/MG

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Quadro XXVI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Unidade

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel em R\$			Despesa com Manutenção no exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações	
200350	4123.00249.500-4	13	BOM	-	13/10/2011	2.732.356,97	11.038,11	-	
200350	4123.00282.500-4	13	REGULAR	-	11/10/2011	66.488.268,85	134.120,93	435.240,42	
200350	4123.00396.500-4	13	BOM	-	17/10/2011	1.622.371,59	15.351,15	75.146,42	
200350	4123.00398.500-5	13	BOM	-	17/10/2011	403.438,50	3.810,11		
200350	4123.00400.500-4	13	BOM	-	17/10/2011	391.758,77	3.698,05		
200350	4123.00637.500-3	13	RUIM	-	25/10/2011	1.118.023,71	18.266,11	-	
200350	4371.00020.500-1	04	BOM	-	17/02/2012	3.210.008,12	485,60	244.963,94	
200350	4445.00022.500-0	05	MUITO BOM	-	17/02/2012	2.702.278,63	39.265,08	-	
200350	4553.00113.500-1	13	BOM	-	26/10/2011	2.554.778,40	39.641,64	-	
200350	4733.00172.500-1	13	BOM	-	25/01/2012	4.298.258,60	26.991,36	-	
200350	4733.00174.500-2	13	BOM	-	13/02/2012	14.710.305,56	10.496,64	46.742,06	
200350	4865.00046.500-0	13	SEM BENFEITORIAS	-	26/10/2011	416.070,00	-	-	
200350	5403.00288.500-7	13	REPAROS IMPORTANTES	-	27/10/2011	6.356.666,33	34.382,52	-	
200350	5403.00418.500-2	13	SEM BENFEITORIAS	-	27/10/2011	1.207.500,00	-	-	
200350	5403.00420.500-3	13	NOVO	-	27/10/2011	5.504.460,80	-	-	
Total								337.547,30	802.092,84

Fonte: GTED/SELOG/SR/DPF/MG e Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

RIP – Registro Imobiliário Patrimonial

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

9.2) Análise Crítica Sobre a Gestão de Imobilizados sob Responsabilidade da UJ

1. Não foi possível avaliar o valor histórico dos imóveis relacionados acima, pois a maioria deles foram construídos ou cedidos há mais de 20 anos, não tendo em arquivo dados que relacionem tais valores. Outros ainda foram objeto de transferência de unidade gestora pela SPU e de difícil caracterização. Sendo assim foram todos atualizados aos valores atuais conforme avaliações listadas acima.
2. Os valores listados para manutenção dos imóveis foram encontrados nos contratos de manutenção predial no exercício de 2011, separando os valores para cada unidade considerada. No entanto não constam dessa relação valores gastos com aquisição de materiais que são de difícil levantamento, tendo em vista a utilização de suprimento de fundos para aquisição dos mesmos por diversos servidores.
3. Para os valores relacionados de manutenção das instalações dos imóveis foram realizados levantamento de todas as obras e serviços realizados no exercício de 2011 para melhoria dos mesmos, através de consulta aos sistemas contábeis SIAFI e SIASG.
4. Da relação acima estão apenas registrados no SPIUNET, 15 (quinze) imóveis, sendo a 06 (seis) no município de Belo Horizonte, 01 (um) em Contagem, 01 (um) em Divinópolis, 01 (um) em Governador Valadares, 02 (dois) em Juiz de Fora, 01 (um) em Montes Claros e 03 (três) em Uberlândia, restando ainda 09 (nove) imóveis a serem registrados. Esses últimos ainda não foram incluídos por faltarem dados e documentos que já foram solicitados para conclusão dos trabalhos, como escritura do imóvel, termo de entrega, contrato de locação e plantas baixas.
5. A relação de imóveis da Unidade Jurisdicionada em referência, bem como os valores reavaliados desses imóveis foram recentemente atualizadas no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET, pelo Grupo Técnico de Edificações da SRMG, atribuição nova transferida pela Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional/Secretaria de Patrimônio da União nº 322 de 23 de agosto de 2001. O SPIUNET passou a ser a principal fonte alimentadora do SIAFI para efeito de contabilização dos imóveis, mantendo a tempestiva compatibilidade entre as informações existentes nos Sistemas.
6. Ante o exposto, em 2011, foram adotadas providências visando à realização de capacitação de servidores e a adequada atualização dos valores dos imóveis de uso especial sob real responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada. Por conseguinte, houve melhorias na avaliação dos referidos imóveis, de modo mais compatível com a realidade, a fim de que a base monetária passasse a ser mais confiável e o valor registrado no SPIUNET espelhe o valor justo (de mercado), considerando-se os valores depreciáveis, quando cabíveis.

ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

10.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constante nos Decretos números 5.355/2005, 6.370/2008, 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, Instrução Normativa (IN) nº 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria nº 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

Em 21 de dezembro de 2011, foi expedida a Instrução Normativa nº 49/2011-Direção Geral do DPF, que alterou a IN nº 09/2008-Direção Geral do DPF, atualizando os procedimentos, consoante as Portarias (supracitadas) expedidas em 2009, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça.

Assim, a nova IN nº 49/2011-DG/DPF manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, estatuído no artigo 47 do Decreto nº 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridos, de forma prática e objetiva, na gestão de tais adiantamentos, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Em 2011, nesta Unidade Jurisdicionada, houve redução de 8% das despesas pagas mediante suprimento de fundos, em relação à série histórica desde 2009. Os montantes de gastos com Cartões de Pagamento do Governo Federal nos referidos exercícios estão expostos no quadro abaixo.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

10.1.1) Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

Quadro XXVII – Despesas pagas com cartão de crédito corporativo por UG e por suprido

Código da UG 1	200351	Limite de Utilização da UG	900.000,00		
Portador*	CPF*	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Suprimentos não sigilosos	99999999999	358.300,00	25.345,00	105.494,43	130.839,43
Suprimentos Sigilosos	99999999999	430.000,00	267.578,00	16.655,91	284.233,91
Total utilizado pela UG		788.300,00	292.923,00	122.150,34	415.073,34
Código da UG 2: 200350			Limite de Utilização da UG: 0,00		
Suprimentos não sigilosos	99999999999		-	-	-
Suprimentos Sigilosos	99999999999		-	-	
Total utilizado pela UG		0,00	0,00	0,00	0,00
Total utilizado pela UJ		788.300,00	292.923,00	122.150,34	415.073,34

Fonte: SIAFI

Quadro XXVIII – Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo – (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	414	292.923,00	538	122.150,34	415.073,34
2010	328	319.644,77	246	102.078,69	421.723,46
2009	328	269.064,81	246	191.042,08	460.106,89

Fonte: SIAFI e Auto Atendimento do Banco do Brasil - AABB

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

11.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais não recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União no exercício de 2010.

11.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do Tribunal de Contas da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2010.

11.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais recebeu uma recomendação da Controladoria-Geral da União no exercício de 2011, sendo atendida, conforme quadro adiante.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Quadro XXIX – Relatório de cumprimento da Recomendação da CGU

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais - SR/DPF/MG			200350/200351
Recomendações do OCI			
Recomendação expedida pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RA 201108884	1.1.2.1 Bens Imobiliários	Memo nº 00663/2011-CGU/MG
Setor responsável objeto da recomendação			
Grupo Técnico de edificações – GTED/SR/DPF/MG			
Descrição do Item do Relatório			
Falhas no registro e atualização das informações relativas à gestão de bens imóveis de uso especial.			
Descrição da Recomendação :			
Recomendação nº 01			
Recomenda-se registrar as informações relativas à gestão dos bens imóveis de uso especial de responsabilidade da Unidade no sistema SPIUnet, de forma a refletir a situação atualizada dos mencionados bens, em observância ao disposto na Portaria SPU nº 206, de 08 de dezembro de 2000 e na Portaria Interministerial STN/SPU nº 322, de 23 de agosto de 2001.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela implementação			
Grupo Técnico de edificações – GTED/SR/DPF/MG			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação nº 01			
Solicitar capacitação e treinamento de servidores para o devido atendimento da recomendação supracitada e aperfeiçoamento dos controles internos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação nº 01			
Todos os 15 (quinze) imóveis de propriedade da União foram cadastrados no SPIUnet, exceto a sede da delegacia de Uberaba, que se encontra com pendência de documentação junto à Prefeitura Municipal. Foi expedido o memorando 121/2012-GAB/SELOG/SR/DPF/MG destinado àquela descentralizada para que sejam adotadas as providências junto ao poder público local. Em relação aos sete imóveis que não são de propriedade da União (ocupados através de contratos de aluguel, comodato, etc), os trabalhos de avaliação estão em curso, havendo previsão de 30 (trinta) dias para inclusão dos dados no SPIUnet..			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Apenas aguardava-se a resposta da Coordenação de Orçamento e Finanças atendendo a solicitação de treinamento aos servidores atuantes na área em questão. Assim, o curso foi realizado com sucesso e já proporcionou a regularização no registro de bens imóveis de uso especial..			

ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

12.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão

- **Potencialização da atividade de inteligência e investigação;**

Foram realizadas ações diversas para otimização da atividade fim do órgão, as quais geraram um investimento estimado em R\$ 500 mil em todas as unidades de inteligência do Estado. Na primeira etapa, foram licitadas 90 modernas estações de trabalho para os escritórios de inteligência das unidades do interior, DRCOR e Superintendência. Concomitantemente, foram adquiridos diversos equipamentos: câmeras fotográficas, filmadoras profissionais, GPS e fragmentadoras de papel.

- **Adequação da infra-estrutura física;**

Foram assinados 04 importantes contratos visando à melhoria da infra-estrutura física, totalizando investimento de cerca de R\$ 2,5 milhões. Na sede da Superintendência, as seguintes intervenções foram licitadas: demolição da estrutura abandonada ao lado da guarita, asfaltamento do Setor “J” do estacionamento, reforma e ampliação do canil, reforma completa do telhado, reforma do subsolo, com a criação de um moderno centro de custódia de materiais, bem como ampliação e melhoria da delegacia de plantão. As obras estão aliadas à sustentabilidade ambiental, através da implantação de um sistema de captação de água da chuva e seu aproveitamento em lava-jato para viaturas, caixa acopladas de bacias sanitárias, limpeza e irrigação dos jardins da SR/MG.

Foi contratada a reforma no prédio na Av. Cristiano Machado (cerca de 1000m² de área construída) com objetivo de implantar áreas de arquivo permanente, bem como depósitos de bens inservíveis e novos almoxarifados, propiciando economia de escala na aquisição de itens de consumo e segurança na guarda desses materiais.

Os esforços para a ampliação do espaço físico estenderam, também, com a contratação de escritório de arquitetura que ficará responsável pela elaboração de um novo projeto lógico, elétrico e de CFTV, além de todo projeto de engenharia da construção do 4º andar da sede.

- **Investimento na infra-estrutura de TI**

Neste exercício, o NTI recebeu investimentos da ordem de R\$ 500 mil para a melhoria no parque de informática. Foram adquiridos e já estão sendo distribuídos diversos equipamentos: 130 novas estações de trabalhos, 80 impressoras multifuncionais, 10 impressoras operacionais com funcionamento à bateria, 80 monitores LCD, 30 notebooks, 12 switches modernos para as delegacias do interior, diversos softwares, além de diversos insumos (processadores, placas-mãe, memórias RAM) que possibilitem upgrade em cerca de 150 computadores.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2011

12.1.2) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos

Em setembro foi criado o Escritório de Gestão de Projetos Setoriais, com atribuições de suporte às atividades de planejamento e gestão da Superintendência. Foram formados 20 gerentes de projeto nos diversos setores e delegacias da sede. Há previsão para estender a formação para as unidades descentralizadas.

A equipe de T&D foi reformulada e o Telecentro será modernizado com a troca de mobiliário e a aquisição de lousa interativa digital, o que propiciará melhores condições de trabalho para os instrutores e alunos.

12.1.3) Programa Carbono Neutro

Com relação a programas de sustentabilidade ambiental, pelo terceiro ano consecutivo, a Polícia Federal em Minas Gerais realizou o plantio de mudas de árvores para a compensação de gases de efeito estufa (GEE), gerados em todas as atividades desenvolvidas pela Unidade. Para o cálculo de medição do impacto ambiental, são levados em consideração: o consumo de combustível, energia elétrica, passagens aéreas e papel.

No exercício, foram plantadas no estado do Minas Gerais 2.000 mudas de árvores nativas, com a colaboração de todas as unidades da Polícia Federal vinculadas a esta Regional. Apenas em Belo Horizonte, foi realizada parceria com o Parque Estadual da Serra do Rola Moça, onde no mês de outubro foi realizado o plantio de 200 mudas.

12.1.4) Ações de Capacitação

Em 2011, foram solicitadas 16 participações em ações de capacitação, das quais 12 foram deferidas (vide Quadro) e 04 foram indeferidas pela Coordenação de Recursos Humanos/Diretoria de Gestão de Pessoal, em virtude das limitações orçamentárias.

Cabe destacar a proveitosa parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e DTCOM, na qual vários servidores puderam realizar cursos em 2011, participando por meio de ações de Educação e Ensino à Distância – EAD, integrantes do PRONASCI, contando com 67, 22 e 69 participantes, nos 21º, 22º e 23º ciclos, respectivamente. Essa ação é importante pois está focada em cursos voltados para a área de segurança pública que não demandam altos investimento, necessitando apenas pois necessários apenas terminais de computador conectados à internet e dedicação de tempo do servidor.

O Núcleo de Armamento e Tiro da SR/DPF/MG também promoveu treinamentos específicos na área do saber policial, contribuindo para aprimorar as metodologias de ação da Polícia Federal no tocante ao manuseio de armamento a serviço, em cursos de capacitação ou em ocasiões diversas.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Quadro XXX - Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2011

CURSO	ÁREA DE ATUAÇÃO	Nº DE SERVIDORES BENEFICIADOS	PERÍODO	VALOR TOTAL*
Curso de execução Orçamentária, Financeira e Contábil de forma Integrada na Administração pública.	Administração Financeira	1	17 a 21 de outubro de 2011	R\$ 2.190,00
Execução Orçamentária Financeira e Contábil no Serviço Público.	Administração Financeira	1	Fevereiro de 2011	R\$ 1.690,00
Como Planejar e Julgar as Contratações de Terceirização de Serviço de Acordo com a IN Nº 02/08 e Alterações.	Administração Financeira	1	Março de 2011	R\$ 2.490,00
Contabilidade Pública e a nova estrutura do Plano de Contas obrigatório para União, Estado e Municípios: Teoria e Prática.	Administração Financeira	1	Dezembro de 2011	R\$ 2.190,00
Pós Graduação Latus Sensu em Direito Público.	Direito e Legislação	1	Março de 2011 a Dezembro de 2011	R\$ 7.930,00
Pós Graduação Latus Sensu em Inteligência Governamental.	Direito e Legislação	1	Março de 2011 a Dezembro de 2011	R\$ 9.000,00
Pós Graduação Latus Sensu em Inteligência Governamental.	Direito e Legislação	2	Março de 2011 a Dezembro de 2011	R\$ 18.000,00
Pós Graduação Latus Sensu em Meio Ambiente e Geo-processamento.	Meio Ambiente	1	Março de 2011 a Agosto de 2012	R\$ 5.984,00
A fiscalização para prevenção da responsabilidade trabalhista nos contratos de terceirização da administração pública.	Técnico Especializado	1	17 A 19 de outubro	R\$ 2.780,00
Formalização e instrução dos processos de concessão de aposentadoria, pensão, abono de permanência e respectivas memórias de cálculo dos benefícios.	Técnico especializado	1	05 a 08 de Abril 2011	R\$ 1.990,00
Gestão da folha de pagamento e remuneração de pessoal no serviço público.	Técnico especializado	1	15 A 16 de Agosto 2011	R\$ 1.790,00
Gestão e Administração de Contratos na Administração Pública.	Técnico especializado	2	07 a 11 de Novembro 2011	R\$ 3.980,00
TOTAL DE AÇÕES DEFERIDAS				R\$ 60.014,00

Fonte: Equipe de Treinamento e Desenvolvimento da SR/DPF/MG * Valores efetivamente pagos à prestadora de serviço (não sendo computados valores de diárias e passagens)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

Quadro XXXI - Quantitativo de participantes por ciclo em cursos realizados a distancia no âmbito da RNEAD - rede nacional de educação a distância, parceria da ANP e SENASP

Ciclos	Ciclo 21	Ciclo 22	Ciclo 23
Período	23/02 a 13/04	07/06 a 26/07	13/09 a 02/11
Nº de Participantes	67	22	69


FERNANDO DURAN POCH
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
SR/DPF/MG

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2011

ITEM 1 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. Declaração do Contador Responsável

Quadro XXXII - Declaração do Contador Responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE MG – SR/MG/DPF	200350 - 200351
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200350, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8